ABRE aspas:

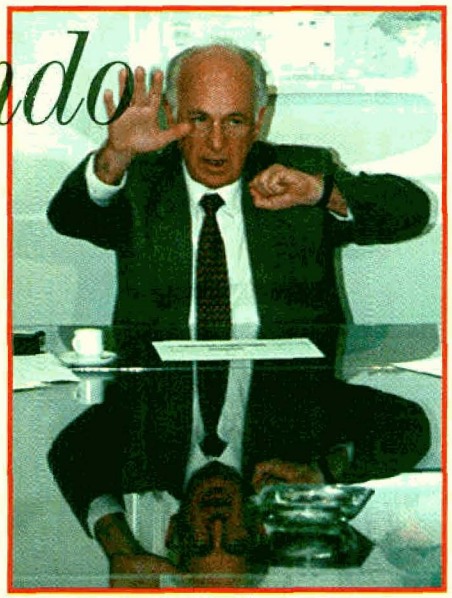
O Brasil tem uma legislação clara, avançada e modelo para o resto do mundo no que se refere a alimentos transgênicos, segundo o ex-ministro de Ciência e Tecnologia, Luiz Carlos Bresser Pereira, para quem a discussão que os ambientalistas travam sobre o tema é mais metafísica do que científica. O ministro enfatiza que a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança tem autoridade científica para afirmar que a soja geneticamente modificada não traz perigo para a saúde nem para o meio ambiente.

Bresser Pereira defende a rotulagem dos produtos transgênicos como garantia do direito do consumidor e não acredita que o mercado europeu se feche à soja transgênica, embora admita que possa haver mercado para o grão do Rio Grande do Sul na mesma dimensão do mercado de produtos orgânicos, que atende a pequena parcela de consumidores dispostos a pagar mais caro. O ministro alerta ainda para o risco de o Brasil ficar em desvantagem ante os grandes produtores mundiais de soja, que já aderiram ao produto transgênico.

CORTESIA DA
EDITORA DA
FUNDAÇÃO CETÚLIO VARGAS

Modelo para o mundo

BETH FERNANDES



Bresser: alimentos escrutinizados

❑ *O governo brasileiro tem uma posição clara em relação às pesquisas que envolvem modificação genética?*

— Em relação a alimentos transgênicos a pesquisa está absolutamente liberada. Agora, com as pesquisas relativas a genoma humano etc. é diferente; ninguém sabe claramente por exemplo quais são os limites da pesquisa. É um problema que os cientistas vão ter que discutir com a sociedade. Já existe uma bioética em desenvolvimento no mundo.

❑ *Pouco se discutiu, no Brasil ou no mundo, a questão da ética em transgênicos. Não seria esta uma discussão extremamente importante?*

— Em relação a alimentos transgênicos eu não acredito: o que existe fundamentalmente é cada país ter uma lei, essa lei estabelecer uma comissão e ela ser formada de cientistas, principalmente, e secundariamente de representantes do governo, do consumidor, do produtor. Essa comissão qualificada é que vai verificar se cada alimento transgênico é ou não perigoso para a saúde ou para o meio ambiente. Estou vendo o problema na Europa, onde uma das causas evidentes do problema é que eles ficaram atrás do Brasil nessa matéria. Não têm uma lei clara e arrumada definindo responsabilidades. Nós temos uma excelente legislação, modelo para o resto do mundo.

❑ *Como tornar o debate menos apaixonado e dar início a uma discussão mais consistente sobre o tema?*

— Estamos numa democracia e a discussão sempre tem que acontecer. O que é fundamental saber é em que nível se decide uma coisa dessas. No nível político, que é o do debate público, decidiu-se no Brasil por fazer a lei, criar a Comissão Técnica de Biossegurança (CTNBio) composta em 50% por cientistas de reconhecida competência nas diversas áreas envolvidas. Eles é que vão dar parecer sobre os efeitos dos alimentos transgênicos na saúde e no meio ambiente. Eu não posso, já que não sou cientista, começar a discutir quando um produto já foi aprovado por essa comissão. Mas aí, o que se vê: um determinado número de pessoas que não entendem nada de ciência entrar com uma ação contra os produtos transgênicos, querendo desautorizar a CTNBio. São ambientalistas querendo certeza absoluta de que um alimento transgênico não vá no futuro causar algum mal. Quando se começa a agir desse modo, deixa-se de trabalhar com ciência e se passa a trabalhar com o mundo da metafísica ou da religião.

❑ *Qual é o problema, então: não há informação disponível ou ela não é posta ao alcance da sociedade?*

— A informação existe e eu, por exemplo, não me recuso a falar ou a discutir o assunto; os meus assessores e também alguns cientistas de renome estão à disposição para explicar, informar. Isso faz parte da regra do jogo. O que não cabe é ficar fazendo uma discussão entre leigos, desafiar a ciência. Sem ciência, ficamos com o quê? Só com a moral?

❑ *E em relação à comercialização de sementes geneticamente modificadas? O governo brasileiro é a favor? Tem certeza de que as pesquisas já garan-*

tem segurança mínima à saúde dos consumidores?

— A CTNBio declarou que esses cinco tipos de soja – os que estão em discussão – são seguros para a saúde e o meio ambiente. Com que grau de certeza? Não é 100%, porque nenhum cientista faz tal afirmação. Sabemos que o meio ambiente é um sistema complexo e por isso ainda mais difícil de fazer previsões. Mas eles entenderam que se podia liberar e determinaram que as novas plantações fossem monitoradas cientificamente durante cinco anos.

❑ *Por que a CTNBio dispensou a exigência de elaboração de estudo de impacto ambiental para a soja transgênica?*

— Veja que um decreto diz que a CTNBio pode dispensar o EIA-Rima – o presidente teve a preocupação, ao fazer o decreto, de deixar bem claro isso – porque, em primeiro lugar, é praticamente impossível fazer um estudo de impacto ambiental se não houver uma plantação. Se houver apenas um hectare plantado, é quase impossível conseguir um resultado razoável em termos de impacto ambiental. Então vamos liberar e ver o impacto, desde que a perspectiva da CTNBio aponta ser muito pouco provável que faça mal ao meio ambiente. E há que considerar as vantagens econômicas óbvias. Os Estados Unidos estão plantando há vários anos, o Canadá também, a Argentina e a Austrália, nossos únicos concorrentes internacionais. Só nós autorizamos apenas agora, e aí vem a liminar, que está ainda *sub judice*, e nos arriscamos a ficar para trás no processo de competição internacional.

❑ *No Congresso há parlamentares defendendo uma moratória de cinco anos para a entrada da soja transgênica no Brasil, a exemplo do que acontece em alguns países da União Européia. O que o senhor pensa da proposta?*

— O que aconteceu na União Européia é que os ministros de meio ambiente se reuniram e se propuseram a criar uma comissão para estudar cuidadosamente o problema da rotulagem, complicado porque envolve a questão de *tracking*, que é percorrer o caminho do produto desde a origem. Como esses estudos vão demorar algum tempo, os países vão voltar a dar autorizações apenas em 2002; mas as autorizações dadas estão mantidas e as importações não foram proibidas. Então, essa moratória não faz sentido nenhum, mas é parte de um jogo em que se duvida da ciência. Quando se enfrenta um ambientalista, nota-se alguma coisa de ontológico e metafísico nas suas posições. Os agrotóxicos fazem um mal terrível ao meio ambiente, essa nova tecnologia reduz o agrotóxico, a planta não muda praticamente nada, o grão é exatamente o mesmo; no entanto fazem um barulho muito maior do que contra os agrotóxicos, cujo emprego está sendo reduzido. Para esses, eu faço uma proposta: mudo a minha posição se o Greenpeace, por exemplo, e os deputados que estão na oposição se dispuserem a não usar, nem para si nem para suas famílias, nenhum medicamento produto de engenharia genética. Aí eu aceito a moratória. Mas quero um compromisso solene: ninguém vai usar, pois sabe-se que na medicina, como na agricultura, os benefícios já disponíveis através dessa tecnologia são imensos.

❑ *O consumidor tem o direito de saber o que compra, e isso só é possível com a rotulagem do produto. Alega-se porém que não há como garantir se a matéria-prima é ou não transgênica, a menos que haja normas extremamente restritivas. Como garantir o direito do consumidor?*

— Eu sou a favor da rotulagem, que não é fácil fazer. No caso do Brasil será um pouco mais fácil porque a entrada dos produtos transgênicos está começando agora. Há certos alimentos transgênicos em que se muda substancialmente o grão, o fruto; nesses casos é fácil a verificação. Quando o produto muda apenas na planta aí é preciso percorrer a cadeia de produção para verificar a origem. O Brasil já está trabalhando nisso.

❑ *O governo gaúcho simplesmente proibiu a pesquisa e a comercialização de sementes transgênicas no Estado. É uma boa solução?*

— Eu acho que o governo do Rio Grande do Sul tem todo o direito de estar contra. E como pode haver interesse do Brasil em abrir uma regionalização na produção porque (mas eu duvido) pode ser que os europeus se recusem a comprar soja transgênica, haverá um novo mercado para isso, como o mercado dos orgânicos. Meio por cento, um por cento, cinco por cento da população está disposto a pagar mais caro para ter o seu produto.

❑ *A redução de custos, os ganhos de produtividade, a necessidade de ter uma agricultura mais competitiva, a possibilidade de avanços, como soja com maior teor de óleo ou de proteína, são fatores importantes. Não seria mais confortável estimular a pesquisa e a produção de transgênicos em determinada região e a de não transgênicos em outra?*

— Sempre que se é contra alguma coisa e faltam bons argumentos a gente quer adiar, isto é clássico. Não vejo razão para esperarmos qualquer tempo para esses produtos que estão sendo amplamente usados nos países nossos concorrentes.

❑ *A introdução da soja transgênica implica a abertura de novos mercados para o Brasil?*

— Nós temos mercado. Mas se os agricultores argentinos estão usando em quase 80%; nos EUA, em três anos, 54%, é porque deve ser muito econômico. Representa uma economia de 15% mais ou menos para os agricultores. Ora, esse adicional no preço da soja, que é uma *commodity* com preço internacional, é um monte de dinheiro. E se os concorrentes começarem a vender soja 15% mais barato, é possível que nós percamos o mercado.

❑ *O governo garante que o consumidor pode ficar tranqüilo?*

— O governo está tomando providências para que haja rotulagem e entende que os alimentos transgênicos devem ser escrutinizados um a um pela CTNBio. Uma vez autorizados, devem ser colocados, sempre monitorados.

"EU FAÇO UMA PROPOSTA: mudo a minha posição se o Greenpeace, por exemplo, e os deputados que estão na oposição se dispuserem a não usar, nem para si nem para suas famílias, nenhum medicamento produto de engenharia genética."